



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 7180/14 - ESCOLA SEM PARTIDO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1000/17	DATA: 08/08/2017	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 15h47min	TÉRMINO: 17h49min	PÁGINAS: 49

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
VITOR GERALDI HAASE - Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. MIGUEL NAGIB - Advogado, Procurador do Estado de São Paulo e fundador do movimento Escola sem Partido.

SUMÁRIO
Debate sobre o Projeto de Lei nº 7.180, de 2014.
OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Houve reprodução de áudio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Nos termos regimentais, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Especial destinada a dar parecer ao Projeto de Lei nº 7.180, de 2014, do Sr. Erivelton Santana, que altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional, e seus apensados.

Tento em vista que as atas da 17ª e da 18ª reuniões foram disponibilizadas antecipadamente na página da Comissão e que estão sendo colocadas cópias sobre as bancadas, pergunto se há alguma retificação a fazer.

Antes de fazer essa indagação, vou verificar o quórum. *(Pausa.)*

Não há quórum para deliberar nem mesmo as atas. Então, vou deixar de fazer a apreciação, pedindo vênias aos eminentes pares.

Informo que estamos utilizando a ferramenta e-Democracia, da Câmara dos Deputados, para realizar esta audiência interativa, o que permite aos presentes e aos telespectadores, desde este momento, enviarem perguntas à Comissão, as quais serão respondidas ao longo dos debates.

Dando início à audiência pública, convido para tomar assento à mesa o Sr. Vitor Geraldi Haase, Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais *(palmas)*; o Sr. Miguel Nagib, Advogado, Procurador do Estado de São Paulo e fundador do Movimento Escola sem Partido *(palmas)*.

Para melhor andamento dos trabalhos, esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos. Os convidados disporão de até 20 minutos para exposição. Durante a sua fala, não poderão ser aparteados e deverão se limitar ao tema em debate. Findas as apresentações, concederei a palavra primeiramente ao Relator, Deputado Flavinho, e em seguida aos Deputados inscritos para o debate. Ao interpelar os convidados, os Parlamentares só poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo os convidados o mesmo tempo para resposta. Por último, concederei a palavra aos Deputados não membros que estiverem inscritos.

Agradeço a todos que se fazem presentes a esta reunião. Também quero agradecer desde já a presença do Deputado Izalci Lucas, do Deputado Pr. Marco



Feliciano, do Deputado Flavinho e da Deputada Professora Marcivania, que também ali se encontra.

O Deputado Flavinho comunicou que tinha que ir ao plenário apenas para fazer a entrega de um documento ao Presidente. Ele já esteve aqui e está a caminho da Comissão.

A Comissão Especial Escola sem Partido tem como objetivo, como disse no início, debater o PL 7.180/14 e os projetos apensados a ele. O papel desta Comissão é, a partir das propostas apresentadas, discutir e verificar a constitucionalidade, a legalidade, a juridicidade, a técnica legislativa e o mérito das proposições.

Diferentemente das Comissões Permanentes, esta Comissão tem um papel alargado que vai desde o controle de constitucionalidade até o mérito das propostas. O papel da Comissão é aprofundar o debate sobre o tema e construir um texto que seja o mais adequado possível aos interesses da boa educação, livre de qualquer preconceito, de qualquer ideologia e voltada aos interesses da criança, dos pais, dos professores na sua sagrada missão de educar.

E, apenas a título de informação aos que aqui estão e conhecem e aos que nos acompanham pelo sistema de comunicação da Câmara, a Comissão Especial Escola sem Partido, para além do debate interno, foi a alguns Estados levar esse debate a Assembleias Legislativas e a Câmaras Municipais, numa interação direta com a sociedade brasileira.

Desde já quero agradecer a todos os que participaram e estão participando dos debates.

Passo a palavra, inicialmente, ao nosso convidado Professor Vitor Geraldi, que tem até 20 minutos, com a tolerância desta Presidência, para fazer uso da palavra e expor o tema para cuja apresentação foi convidado.

V.Sa. é bem-vindo a esta Comissão.

O SR. VITOR GERALDI HAASE - Muito obrigado. Boa tarde a todos.

É com muita satisfação e muita honra que eu venho aqui. Espero que eu tenha alguma coisa com a qual contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - V.Sa. me permite?



Quero pedir ao pessoal da técnica para aumentar o som do microfone do nosso convidado, para que todos possam acompanhar a sua exposição.

O SR. VITOR GERALDI HAASE - Espero que eu tenha alguma coisa com a qual contribuir para este debate.

Antes de começar a falar sobre o tema da minha exposição propriamente dito, eu gostaria de fazer uma declaração de ausência de conflitos de interesses.

Eu sou servidor público, mas não estou aqui nessa condição. Estou aqui como cidadão. Eu vou emitir a minha opinião. E também eu não sou psicólogo. Eu sou professor do curso de Psicologia. Eu não represento nenhum tipo de partido, igreja ou organização profissional que eventualmente tenha uma opinião diferente da minha.

Eu tinha preparado uma apresentação de Power Point, mas talvez não seja necessária. Vamos sem!

Eu gostaria de chamar a atenção para alguns pontos e de discutir alguns aspectos relacionados com o ativismo político na universidade. Eu sei que o foco do projeto de lei é mais relacionado com o ensino fundamental e com o ensino médio, mas os problemas que estão sendo endereçados através desse projeto não são exclusividade desses segmentos; eles ocorrem também na universidade. Na minha opinião, são sérios. Então, eu gostaria de compartilhar um pouco sobre a minha experiência.

O primeiro tópico que eu queria discutir é a questão da diversidade política e religiosa na universidade, na escola e na sociedade de um modo em geral.

Fala-se muito hoje em dia sobre diversidade, mas é uma diversidade restrita, tolerada dentro de um determinado espectro de variação. Quando sai daquilo ali, não é mais aceita. E eu me refiro principalmente à diversidade política e à religiosa.

Por várias razões históricas, que não nos cabe discutir agora, existe nas universidades um certo monopólio de opiniões doutrinárias e ideológicas, geralmente as da Esquerda. Criou-se uma situação em que as pessoas conservadoras ou com uma crença religiosa se sentem pouco à vontade para manifestar a sua opinião.



Esse não é um problema exclusivo do Brasil. Na verdade, tudo leva a crer que ele é importado de vários países, principalmente dos Estados Unidos, onde a coisa atingiu uma proporção gigantesca.

Vou mencionar apenas alguns dados que são pertinentes ao Brasil. Por exemplo, as bibliografias indicadas nas faculdades. Recentemente, o jornal *Gazeta do Povo* fez um levantamento mostrando que mais de 90% dos autores recomendados para estudo nas universidades brasileiras e dos livros presentes nas bibliotecas são de autores que têm posições marxistas. Então, os alunos vão para a faculdade, estudam e não ouvem nem aprendem nada sobre alternativas a essa ideologia.

Isso está presente nos Estados Unidos também, onde existe uma espécie de autosseleção do corpo docente em função de posições ideológicas esquerdistas. E lá existe também a efetividade, a famosa *tenure*: o professor trabalha um tempo sem estabilidade e depois, em função do seu rendimento, ganha a *tenure*. Se o professor revela que tem posições conservadoras, ele não tem chance nenhuma de obter a *tenure*. Então, criou-se a expressão do conservador que vive no armário, que não ousa dizer seu nome, que não se manifesta, porque não tem coragem de colocar seus posicionamentos, pois sabe que vai sofrer as consequências disso de diversas maneiras, às vezes mais e às vezes menos sutis.

Outra expressão muito usada é “telhado de vidro” ou “telhado de cristal”. A ideia é de que existe uma barreira para a ascensão acadêmica de alguns estudantes e pesquisadores. Então, a frequência de estudantes cristãos ou conservadores concluírem o doutorado e irem para a carreira acadêmica é muito mais baixa do que a de alunos que têm posições esquerdistas.

Isso acaba restringindo muito o leque da diversidade, o que é uma pena, porque os argumentos usados para promover a diversidade nas universidades são basicamente três. O primeiro deles diz que é uma questão de identidade. O segundo, a estigmatização. E o terceiro argumento é relacionado à formação dos alunos.

Quanto à identidade, acredita-se que a universidade seja um lugar de debate, e a diversidade, as diversas manifestações do comportamento e do pensamento humano são constitutivas da identidade da personalidade do indivíduo. O



posicionamento político e a fé religiosa fazem parte da personalidade. Então, o indivíduo tem direito de expressar sua opinião, e a universidade seria o lugar onde isso deveria acontecer. Infelizmente, entretanto, isso não acontece.

O segundo argumento seria essa questão da estigmatização. Hoje em dia chegou-se a um ponto em que, na minha opinião, os estudantes e professores conservadores e religiosos são uma minoria tão ou mais estigmatizada do que outras minorias, como, por exemplo, os LGBT ou outra minoria que, às vezes, inclusive, são minorias entre aspas — pessoas do sexo feminino, por exemplo, não constituem minoria nenhuma.

Isso se manifesta de diversas maneiras. Vou tomar a liberdade de contar algumas histórias, alguns casos, só para ilustrar.

Uma história que me marcou muito aconteceu uma vez em que eu estava dando uma aula de Psicologia do Desenvolvimento e, nessa aula, comentei uma coisa que eu acho muito interessante, que é seguinte: a revolução protestante, a Reforma Protestante na Europa, no século XVI, no final do século XV, teve um efeito muito interessante. A tradução da Bíblia pelo Lutero para o alemão deu oportunidade para que as pessoas lessem a Bíblia e procurassem interpretar a Bíblia de acordo com a sua cabeça e de acordo com a orientação dos seus pastores. Isso foi um sucesso. Em função da imprensa, em poucas semanas, em poucos meses, havia edições da Bíblia em praticamente todas as cidades alemãs, e logo depois começaram a aparecer as traduções em inglês, por exemplo, do Rei James, e assim por diante. Eu acredito que isso teve um impacto enorme no desenvolvimento cultural, tecnológico, filosófico da Europa, porque terminou aquele monopólio que a Igreja Católica tinha da interpretação da Bíblia e começou-se a se valorizar a educação, a alfabetização, a compreensão de textos, e assim por diante.

Eu disse, então, na aula que isso está acontecendo aqui no Brasil com 500 anos de atraso, através do crescimento das igrejas evangélicas. No sábado, você vê as pessoas indo para o culto, carregando a sua Bíblia embaixo do braço, carregando a sua Bíblia na mão. Isso significa que essas pessoas estão lendo, que elas estão procurando interpretar textos, que elas estão saindo do analfabetismo funcional.

Depois que eu disse isso na aula, eu estava andando no corredor e veio uma moça conversar comigo. Ela chegou para mim e disse: *“Você sabe que eu estou na*



faculdade há 5 anos, vou me formar, e é a primeira vez que eu vejo um professor dizer uma coisa dessas? Esta é a primeira vez que eu vejo um professor elogiar as religiões evangélicas. Até agora, todos os professores só tinham queimado, todos os professores só tinham se referido a elas de maneira pejorativa". Eu disse para ela: *"Eu nem sou religioso. Eu fico muito feliz que você tenha tido essa sua experiência comigo".* Aí ela disse: *"Eu estou fazendo um trabalho na disciplina tal e queria licença para citá-lo".* Eu disse: *"Claro! Vá firme. Você pode me citar. Vai ser o maior prazer que você me cite".*

Essa é uma vinheta, uma historinha que ilustra o ambiente, eu vou dizer assim, de sufocação ideológica que acontece nas universidades. Aqui no Brasil não é tanto. Nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Grã-Bretanha, é muito pior. Mas eu vejo com preocupação uma tendência de crescimento dessa orientação, dessa hegemonia, vamos dizer assim, aqui no Brasil.

E de onde vem isso? Na análise que eu faço, vejo que a partir dos anos 60 ocorreu um processo de crítica social, de crítica cultural muito grande, o famoso marxismo cultural, o famoso pós-modernismo, que é uma coisa que eu não acredito que seja articulada, que tenha por trás um grande mestre, mas é um fenômeno internacional, que acontece no mundo inteiro. Aparentemente, as pessoas que adotam uma ideologia marxista se deram conta de que, do ponto de vista social, econômico, não tinham mais muita coisa a oferecer e então passaram a se dedicar a essa luta cultural, que consiste basicamente na demonização da cultura ocidental, da cultura judaico-cristã, da democracia liberal, do capitalismo, da família, dos valores tradicionais.

Isso, ideológica e filosoficamente, é construído em cima de uma crítica da neutralidade da ciência, questionando se realmente é possível ter algum tipo de conhecimento objetivo, algum tipo de conhecimento científico, de conhecimento mais neutro.

Obviamente, nós sabemos que as nossas possibilidades de aquisição de conhecimento, que é a função da universidade, são bastante limitadas. A ciência tem essa característica. Ela está sempre evoluindo e é cumulativa. As coisas vão sendo modificadas. Nós vamos testando hipóteses, vamos modificando hipóteses, teorias anteriores, e assim por diante.



Mas, se nós não temos como ideal essa neutralidade, essa objetividade do conhecimento científico, da metodologia do teste de hipóteses, o que sobra? Sobra o ativismo. Sobra a doutrinação. Se os acadêmicos não acreditam mais naquilo que eles estão fazendo, se não acreditam que é possível buscar e atingir um conhecimento, o que lhes sobra é o ativismo político. Então, a universidade se transforma, deixa de lado a sua missão relacionada à educação e à formação de profissionais e de pesquisadores, com a busca de conhecimento, com o acúmulo de conhecimento, com a inovação tecnológica e com o debate livre, para se voltar exclusivamente para esse ativismo.

E aí se cai num relativismo, num subjetivismo. Quer dizer, se nenhuma teoria pode demonstrar que é correta, todas valem. Por que, então, a ideologia esquerdista vai ser melhor do que as outras? Isso tem um aspecto contraditório.

Como isso se manifesta? De diversas maneiras. Eu vou dar alguns exemplos. Eu tinha mencionado esse predomínio de professores com posições esquerdistas nas universidades. Aqui no Brasil nós não temos dados, mas nos Estados Unidos é assim: na área de ciências humanas, são 10 professores esquerdistas para 1 professor conservador; na área de ciências exatas, naturais, é em torno de 1,5 ou 2 professores esquerdistas para 1 professor conservador; na média, acaba sendo 5 para 1.

Como isso se manifesta? Nas disciplinas da área de humanidades, ocorrem os famosos cursos, os chamados estudos disso e daquilo. São os estudos de gênero, estudo *queer*, estudo LGBT e outros, que estão começando a acontecer aqui no Brasil também — já há o primeiro curso de estudos de gênero na Universidade Federal da Bahia.

Diversas universidades federais brasileiras estão promovendo disciplinas sobre diversidade sexual e valores relacionados a essas questões, por exemplo, de transgênero, de uso de toalete por pessoas que são transgêneras junto com mulheres. Estão promovendo também processos — que foram muito bem descritos no livro do Pascal Bernardin — que constituem verdadeiras estratégias de lavagem cerebral, como, por exemplo, a valorização de depoimentos subjetivos do aluno em sala de aula ou o professor não estimular o estudo, o conhecimento objetivo, e, sim, o compartilhamento de experiências subjetivas e induzir os alunos a falarem sobre a



sua própria vida sexual, sobre a sua vida familiar, procurando criar uma atitude negativa por parte dos estudantes em relação às suas famílias, em relação aos seus valores familiares de origem, e assim por diante.

Às vezes, a coisa chega ao extremo, como aconteceu numa experiência muito infeliz que eu tive no ano passado durante essas invasões que ocorreram em várias escolas, em várias universidades públicas brasileiras, inclusive na minha universidade. Eu cheguei um dia lá para dar a minha aula, e o prédio tinha sido invadido. Tinham feito uma barricada, e havia alunos que não deixavam o professor entrar para dar aula. Eu disse que iria ao Ministério Público me queixar, porque aquilo ali é uma universidade federal, é patrimônio público, e não pode ficar na mão de pessoas que não têm responsabilidade, não têm condições de assumir essa responsabilidade. Sabem o que aconteceu? Eles riram da minha cara. Esfregaram um papel do Ministério Público Federal. Eles tinham feito um acordo com o Ministério Público, o qual tinha aberto mão de criminalizar esses comportamentos deles. E o mesmo fez o Conselho Universitário.

Então, a palavra de ordem é essa: não criminalizar o crime. Qual crime? Ebulho possessório; coerção de funcionário público, um servidor público que está querendo exercer a sua missão, o seu ofício, a sua função; coerção de estudantes, que estão na universidade para aprender, estudar. É um absurdo isso.

E o pior é que temos uma atividade clínica. Eu coordeno um ambulatório. Como eles fizeram essa barricada, queriam que parássemos com o atendimento dos nossos pacientes. Aí vamos largar tudo no meio, todo o atendimento, todo um processo que dura semanas, meses e, às vezes, envolve situações de risco psicológico — há casos bastante graves —, em função de uma agenda política que essas pessoas têm e que eu não compartilho? Não acho que aquilo ali seja a minha função.

Então, o que eu fiz? Fui ao Facebook, que é uma das maravilhas do mundo contemporâneo, e comecei a expressar minha opinião como cidadão, a minha indignação. Eu virei saco de pancada dessa turma. Recebi milhares, milhares e milhares de manifestações de pessoas que me xingaram de tudo.

Eu acho que o que se aplica para isso é justamente a expressão “assassinato de reputação”, que é justamente isso: contra a pessoa que ousa, que tem coragem



de levantar uma crítica e de se posicionar de maneira sincera, de maneira honesta, eles ficam tentando inventar tudo quanto é tipo de coisa, tudo quanto é tipo de leviandade, de mentira, inclusive de racismo. Acusaram-me de nazismo, de não sei mais o quê e de outras coisas.

Então, a gente fica em uma posição muito desconfortável. Eu, evidentemente, não arredei pé, mas confesso para vocês que isso me causou um sofrimento muito grande.

Eu nem conhecia o Miguel Nagib — conheci hoje. Um dos motivos pelos quais eu acho que esse projeto do Escola sem Partido é uma coisa extremamente importante é o fato de estar promovendo o debate e dando oportunidade para a população brasileira, chamando sua atenção para os direitos constitucionais de receber uma educação da melhor qualidade possível e o mais isenta possível.

Obviamente não somos ingênuos. Sabemos que a isenção não é total. Eu inclusive tinha mania de ficar fazendo comentários sobre política nas minhas aulas. Eu estava errado! Hoje eu aprendi que o servidor público não pode fazer isso. E eu fazia. Ainda bem que nunca ninguém resolveu me processar por causa disso. Entretanto, em função desse programa, desse movimento Escola sem Partido, eu parei de fazer isso. Eu estava errado. O aluno é uma audiência cativa, e eu não tenho o direito de apresentar para ele as minhas convicções políticas. Ele não está ali para isso. Ele está ali para outra coisa.

Agora, vocês imaginem: se é assim na universidade, como é nas escolas do ensino fundamental e do ensino médio, nos quais a criança tem menos capacidade de posicionamento crítico, nos quais o professor é uma figura de autoridade? As crianças e os jovens ficam sendo expostos, instrumentalizados para determinadas causas que são de natureza ideológica, são agendas políticas e, por vezes, agendas sexuais, que muito frequentemente colidem com os valores das famílias? Chega-se ao absurdo até de dizer que as famílias não têm direito de definir as diretrizes, as linhas mestras da educação moral dos seus filhos.

Isso tudo representa um desvirtuamento das funções da universidade. A universidade de pesquisa é baseada no trinômio ensino, pesquisa e extensão: professor ensina pesquisando, os estudantes aprendem ensinando e os dois aprendem e pesquisam prestando serviços para a comunidade.



Esse modelo, que começou na Alemanha no início do século XIX e deu muito certo, é chamado universidade de pesquisa ou universidade humboldtiana. Ele se baseia em uma série de princípios que estão sendo violados por esse tipo de atitude que desvia a função da universidade da busca do conhecimento para o ativismo político.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Esta Presidência agradece ao eminente Vitor Geraldi, Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, que traz suas contribuições à Comissão Especial Escola sem Partido.

Ao final da reunião, os Parlamentares membros da Comissão e aqueles que participam do debate poderão fazer questionamentos ao nosso convidado.

Eu quero informar que já tenho em mãos vários questionamentos, várias perguntas dos nossos internautas, que participam do debate através do espaço e-Democracia. Encaminharei aos convidados estas perguntas na sequência.

Passo a palavra ao Prof. Miguel Nagib, advogado, Procurador do Estado de São Paulo e fundador do movimento Escola sem Partido, para a sua exposição, também pelo prazo de 20 minutos.

O SR. MIGUEL NAGIB - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator, caro Vitor, que tive o prazer de conhecer hoje, e demais presentes.

Eu quero iniciar a minha fala entregando a V.Exa., Sr. Presidente, um requerimento por meio do qual estou entregando à Comissão a versão atual do anteprojeto de lei que serviu de base ao Projeto de Lei nº 867, de 2015, de autoria do Deputado Izalci Lucas.

Em 2015 nós procuramos o gabinete do Deputado Izalci Lucas e apresentamos a proposta do movimento Escola sem Partido. S.Exa. a aprovou, subscreveu, e, desde então, de 2015 para cá, essa proposta vem recebendo vários aprimoramentos, frutos das críticas e contribuições, sugestões, que estão sendo apresentados ao Movimento Escola sem Partido.

Esse é o estado atual do projeto, é a sua redação, que eu tenho certeza de que ainda será aprimorada, aperfeiçoada, pela Comissão, mas é o texto a que nós conseguimos chegar por enquanto, e eu gostaria de compartilhá-lo com os membros



da Comissão, com o eminente Relator e com V.Exa., Sr. Presidente. Está aqui o texto, que já distribuí a alguns Deputados. Peço que, se possível, ele seja distribuído aos demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Agradeço a V.Sa., Prof. Miguel Nagib e, de imediato, para que não haja maiores formalidades, passo o texto às mãos do eminente Relator, o Deputado Flavinho, que é quem ao final vai elaborar um parecer concordando com os termos da proposição inicialmente apresentada, ou fazendo as modificações necessárias, ou discordando do conjunto das proposições. Então, de imediato passo o texto às mãos do nosso Relator, para que faça a análise desse novo conjunto de ideias, agradecendo mais uma vez as contribuições de V.Sa.

O SR. MIGUEL NAGIB - Eu é que agradeço.

Agora eu vou apresentar a V.Exas. e aos demais presentes o projeto tal como está hoje. Vou ficar de pé para facilitar a apresentação.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Pois não, Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Apenas à guisa de esclarecimento, faço uma consideração a V.Exa. Inclusive fazer esse procedimento agora é oportuno e lógico, considerando o Regimento.

Apenas uma coisa me preocupa, com todo o respeito e consideração que temos ao Dr. Nagib. Ele acabou de distribuir o texto, e sua fala está sendo transmitida ao vivo, e a população acompanha o debate.

As sugestões dele são importantes, poderá haver mudança, mas isso vai depender exatamente desta Casa. O projeto está sendo discutido com base no original. Por isso foi criada esta Comissão, e há o Relator. S.Sa. se referiu ao novo projeto, como se houvesse uma nova proposição. Mas não vai se discutir um novo projeto; nós estamos trabalhando com o anterior, e, é claro, as sugestões são bem-vindas. Era só essa a consideração, para que as pessoas não venham a pensar que o projeto mudou. Inclusive, regimentalmente não podemos fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Deputado Pastor Eurico, eu agradeço a V.Exa..



Assiste razão a V.Exa. Na verdade, o que o nosso convidado Dr. Miguel Nagib apresenta a esta Mesa e ao Relator são sugestões. O projeto que nós continuamos a discutir, obviamente, é aquele que está na ficha de tramitação da Câmara dos Deputados, é aquele que está no sistema. As sugestões podem ser acatadas ou não pelo Relator e pelos pares desta Comissão, mas não há alteração quanto à matéria que estamos debatendo, estudando, no âmbito desta Comissão. Ele apenas traz sugestões, e as recebo na forma, também, de sugestões. Não há mudança no projeto original nesta fase.

Prof. Miguel Nagib, V.Sa. tem a palavra.

Peço à assessoria que o tempo seja restabelecido.

O SR. MIGUEL NAGIB - Obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o objetivo desse requerimento: contribuir para os trabalhos da Comissão, trazendo sugestões.

(Segue-se exibição de imagens.)

A ementa do projeto Escola sem Partido, na sua versão atual, estabelece, no art. 1º:

Art. 1º Esta Lei institui, com fundamento nos artigos 23, inciso I, e 24, inciso IX, e §1º, da Constituição Federal, o “Programa Escola sem Partido”, aplicável aos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Nós citamos aqui a base constitucional da competência da União para legislar sobre esta matéria, que não é uma competência exclusiva. Diz o art. 23 da Constituição Federal, que é citado no art. 1º:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

(...)

É exatamente este o único objetivo do projeto Escola sem Partido: zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.



Do que nós estamos falando? Do princípio da dignidade da pessoa humana; do princípio constitucional da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; do princípio da laicidade do Estado — todos com base na Constituição Federal; da liberdade de consciência e de crença dos estudantes; da liberdade de aprender e de ensinar dos estudantes e dos professores; e do pluralismo de ideias. São esses os princípios constitucionais.

Cito também a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, um tratado internacional sobre direitos humanos que o projeto Escola sem Partido pretende assegurar que seja respeitado dentro das escolas e das universidades brasileiras.

O art. 24 da Constituição, também citado no art. 1º do nosso anteprojeto, prevê que é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação, sendo que, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

Então, o que está previsto no projeto Escola sem Partido são normas gerais que têm fundamento na Constituição Federal.

Nós temos aqui a articulação do art. 23, inciso I, da Constituição, que diz que é competência comum da União, dos Estados e dos Municípios zelar pela guarda da Constituição, com o art. 24, que estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal sobre educação, sendo que, nesses casos, a União legisla apenas sobre normas gerais.

A própria ementa do PL 867/15 contém um equívoco, tal como nós estendemos. O PL do Deputado Izalci, na sua ementa, estabelece que o projeto inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o Programa Escola Sem Partido. Na verdade, não se trata aqui de incluir o Programa nas diretrizes e bases da educação nacional, e sim de conferir eficácia a princípios que já têm vigência atualmente e que decorrem da Constituição Federal. Então, trata-se de uma legislação sobre normas gerais, que tem fundamento na competência comum — da União, dos Estados e do Distrito Federal — e na competência concorrente também sobre normas gerais sobre educação.

O art. 2º do projeto de lei, na versão atual, estabelece:



Art. 2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber — tudo isso está previsto na nossa Constituição Federal;

V - liberdade de consciência e de crença — a mais importante de todas as nossas liberdades previstas na Constituição;

VI - proteção integral da criança e do adolescente — também um princípio constitucional;

VII - direito do estudante de ser informado sobre os próprios direitos, visando ao exercício da cidadania — norma constitucional, um dos princípios da República Federativa do Brasil é a cidadania;

VIII - direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Enfim, o projeto, no art. 2º, não cria nenhuma regra; apenas explicita princípios constitucionais e legais que já existem.

No art. 3º, determina que, em função de todo esse arcabouço constitucional:

Art. 3º. O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.

O que nós queremos dizer aqui? Que o tratamento das questões de gênero, do ponto de vista científico, não apenas é possível, como é necessário. Só a ciência pode provar se uma teoria é verdadeira ou falsa. Agora, isso não é compatível com



uma atitude dogmática. Isso não é compatível com o proselitismo. Então, o que nós queremos ressaltar aqui, Sr. Presidente, Sr. Relator, é justamente a possibilidade de que qualquer tema, qualquer teoria científica seja testada cientificamente.

Se a teoria de gênero se apresenta de maneira científica, se ela diz: *“Nós aqui afirmamos que a Biologia não tem papel na definição do papel social de homem e mulher”*, isso precisa ser provado cientificamente. Esse debate não só é possível, como é necessário, porque a ciência precisa testar as hipóteses que são apresentadas, assim como ocorre com a Teoria da Evolução, que tem que ser abordada e testada cientificamente.

Agora, não é isso que vem sendo feito nas escolas em relação às questões de gênero, à abordagem das questões de gênero. É esse tipo de coisa, esse tipo de prática...

Aqui nós temos uma foto, tirada numa escola de Santa Catarina, onde meninos se vestiram de meninas e meninas, de meninos, e foram se apresentar numa aula de Biologia para alunos de um nível mais baixo, com o alegado propósito, segundo a professora, de combater a homo-lesbo-transfobia. Isso não é ciência. Vestir uma roupa de menina num garoto e vice-versa não é ciência; é dogmatismo, é proselitismo. É isso que o Escola sem Partido defende que não seja possível. Por que não é possível? Porque viola o princípio da dignidade da pessoa humana. Tratar um estudante como cobaia de laboratório viola o princípio da dignidade da pessoa humana.

Então, toda ciência é bem-vinda. Nós queremos a ciência. O que nós não queremos é que hipóteses científicas sejam tratadas como dogmas religiosos.

Nós temos dois áudios gravados pelo pai de um aluno de uma escola pública de educação infantil de Uberaba. Vejamos a possibilidade de reproduzir esses áudios em que um pai tomou o depoimento do próprio filho, um garoto de 5 anos de idade, a respeito daquilo que essa criança está aprendendo numa escola do Município de Uberaba.

Espero que seja possível reproduzir o áudio.

(Reprodução de áudio.)

Nós fomos atrás, e eu recebi o depoimento postado pela professora dessa criança no Facebook, onde ela disse o seguinte:



“Comemorando o Dia da Mulher.

E nesta data tão importante, que é o dia 8 de março, houve atos enormes em todo o País. Aliás, meus parabéns pela iniciativa de organizar um ato em Araraquara das amigas Fulana e Beltrana e demais envolvidas.

Infelizmente, aqui em Uberaba, eu não consegui faltar ao trabalho, mas acredito que fiz o que pude junto às crianças pelo dia de hoje. Inventar uma história lúdica com os meus desenhos girinos e prender a atenção das crianças de 5 anos por quase 1 hora foi um desafio, mas foi lindo e gratificante ver o poder de questionamento desses pequeninos.

Por outro lado, me entristeço ao ver que, ainda tão pequeninos, já têm internalizados inúmeros destes preconceitos em si.

O que são preconceitos? A ideia, o espelhamento que o menino tem na figura do pai, de ser um rapazinho como o pai. Isso é um preconceito na mente dessa professora. Vejam bem o que ela diz:

É animador ao mesmo tempo porque me faz crer, ainda mais, na importância da escola para todas essas discussões — com crianças de 5 anos de idade — e na prática pedagógica diária, que pode abordar as questões de gênero e tantas outras com qualquer idade que seja — qualquer idade que seja — através das mais corriqueiras situações. Ouvi-los é importante e questioná-los sobre suas posições e também ensiná-los o significado de direitos e respeito é fundamental.

Essa senhora, essa marmanja, está querendo debater com uma criança de 5 anos de idade! E, obviamente, o que ela está fazendo é nada mais nada menos do que lavagem cerebral.



O art. 3º do PL 867 padece, a nosso ver — eu já disse isso publicamente —, de uma inconstitucionalidade, porque ele incorre precisamente na proibição, na interdição do debate científico. Involuntariamente, foi isso que eu acabei redigindo ao estabelecer que:

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades — quaisquer que sejam, portanto, as científicas também, e é isso que está errado — que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

Naturalmente, a escola tem o dever de ensinar ciência, e o estudante tem o direito de aprender ciência. Religião e moral são com a família. Nós entendemos que a presença desse artigo no projeto era inteiramente desnecessária, e, portanto, ele foi suprimido da versão atual.

O art. 4º da versão atual do projeto de lei estabelece:

Art. 4º. É vedado o uso de técnicas de manipulação psicológica destinadas a obter a adesão dos alunos a determinada causa.

O Prof. Vitor citou aqui a importantíssima obra do francês Pascal Bernardin, chamada *Maquiavel Pedagogo*, em que ele examina, em detalhe, o uso generalizado — não só no Brasil, mas, na verdade, no mundo todo — de técnicas de manipulação pedagógica para se obter a adesão dos estudantes a uma determinada causa.

Aqui nós poderíamos citar vários exemplos. Eu achei que tinha colocado mais um exemplo, mas não está aqui. Enfim, há uma infinidade de situações que caracterizam o uso dessas técnicas de manipulações psicológicas, para se obter dos alunos o engajamento numa determinada causa que professor considera que seja relevante.

O art. 5º reproduz os deveres do professor e é, na verdade, o coração do Projeto Escola Sem Partido. É isto que está aqui. São deveres que já existem



porque decorrem da Constituição Federal. Todos esses deveres do professor V.Exas. já conhecem. Vou fazer uma rápida leitura:

Art. 5º. No exercício de suas funções, o professor:

I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;

II - não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;

III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

IV - ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria;

V - respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções — art. 12, item 4, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos;

VI - não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

Eu desafio qualquer pessoa a demonstrar, com base na Constituição Federal, que esses deveres do professor não existem.

Art. 6º. As instituições de educação básica afixarão nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com o conteúdo previsto no anexo desta Lei, com, no mínimo, 90 centímetros de altura por 70 centímetros de



largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas.

Essa é a única norma propriamente dita que o projeto cria, porque todas as demais são explicitações de princípios que já existem. Então, o projeto só cria uma obrigação: a obrigação de colocar um cartaz nas salas de aula.

Art. 7º. As escolas particulares que atendem a orientação confessional e ideologia específicas — nós estamos falando aqui de escola particular e, portanto, de liberdade contratual — poderão veicular e promover os conteúdos de cunho religioso, moral e ideológico autorizados contratualmente pelos pais ou responsáveis pelos estudantes.

Essa liberdade já existe na verdade. O que o projeto faz é explicitar, é dizer: “Olha, isso que está escrito aqui não impede que os pais contratem com as escolas particulares que desejam ter uma educação evangélica, ou católica, ou ateia ou marxista”. Nada disso impede. Desde que haja acordo contratual, as famílias contratam, e as escolas prestarão esse serviço.

Art. 8º. Os alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio serão informados e educados sobre o conteúdo desta Lei.

Isso é direito à informação. É nada mais nada menos do que cidadania.

Art. 9º. O ministério e as secretarias de educação contarão com um canal de comunicação destinado ao recebimento de reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado o anonimato.

Por que é assegurado o anonimato? Evidentemente, o estudante tem medo de denunciar o seu professor quando é vítima de algum abuso, porque ele sabe que será perseguido, ele sabe que será estigmatizado dentro do ambiente da escola. Por quê? Porque os alunos gostam dos seus professores. Então um aluno que decida reclamar contra a conduta abusiva de algum professor dentro da sala de aula será naturalmente agredido, atacado e estigmatizado por seus colegas.

Art. 9º.....



Parágrafo único. As reclamações referidas no caput deste artigo deverão ser encaminhadas ao órgão do Ministério Público incumbido da defesa dos interesses da criança e do adolescente, sob pena de responsabilidade.

O Ministério Público é, por lei, o defensor da criança e do adolescente, muito embora ele tenha fechado os olhos para isso. O Ministério Público hoje tem feito o papel, Sr. Presidente, Sr. Relator, de escritório de advocacia de algumas minorias e esqueceu-se das famílias, esqueceu-se da defesa. As famílias não são cidadãs para o Ministério Público infelizmente.

Ainda assim, a lei dá ao Ministério Público esta função de zelar pelo interesse da criança, pelos direitos da criança e do adolescente.

No art. 10 do projeto, nós ampliamos aquilo que constava do PL 867. Esse artigo dá uma enorme abertura ao Projeto Escola Sem Partido. Ele determina que aqueles princípios todos, aquelas regras todas, naquilo que for cabível, são aplicáveis. Vejam a abertura enorme que esse artigo dá a essa legislação que está sendo examinada pela Comissão Especial.

Art. 10. O disposto nesta Lei aplica-se, no que couber:

I - às políticas e planos educacionais;

II - aos conteúdos curriculares;

III - aos projetos pedagógicos das escolas;

IV - aos materiais didáticos e paradidáticos;

V - às avaliações para o ingresso no ensino superior — ou seja, estamos falando aqui do ENEM;

VI - às provas de concurso para o ingresso na carreira docente;

(...)

Isso é muito importante porque tais provas vêm sendo usadas como filtro ideológico de acesso ao serviço público, assim como o ENEM é usado como filtro ideológico de acesso ao ensino superior.

Então todos esses domínios da educação, inclusive o ensino superior, respeitado o princípio da autonomia universitária, submetem-se à Constituição



Federal. A Constituição Federal aplica-se a todos esses domínios, e é exatamente isso que está explicitado no texto do Anteprojeto Escola sem Partido.

O art. 11, que também é uma inovação que nós fizemos no nosso anteprojeto, prevê:

Art. 11. Configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública — aqui há uma alusão ao art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa — o descumprimento do disposto no artigo 5º desta lei, bem como a remoção indevida ou a destruição total ou parcial dos cartazes ali referidos.

Ele se refere ao art. 5º, que trata dos deveres do professor.

Então, configura ato de improbidade não afixar ou remover, de dentro das salas de aula, o cartaz com os deveres do professor. Por que isso? Porque a criança tem o direito de conhecer os seus próprios direitos, e nenhum professor, nenhuma autoridade pública pode frustrar esse direito constitucional dos estudantes brasileiros.

Finalmente, o art. 12 do nosso anteprojeto prevê:

Art. 12. Esta Lei entra em vigor após decorridos 2 (dois) anos da data de sua publicação oficial.

Eminente Relator, nós estamos aqui sugerindo a adoção de um dilatado prazo de *vacatio legis*, para que o sistema educacional como um todo possa se adaptar a essa “nova” — entre aspas — legislação, que de nova não tem nada. Na verdade, tudo aquilo que a lei estabelece já é obrigação dos professores, já é obrigação das escolas. Mas nós sabemos como a prática docente, como a prática educacional no Brasil se distanciou dos princípios constitucionais.

Então será necessário um prazo importante de *vacatio legis*. No caso, nós estamos sugerindo a adoção de 2 anos, que pode ser um pouco mais ou um pouco menos, a critério, evidentemente, das autoridades que vão analisar o projeto. Isso é para que todos aqueles domínios da educação — projetos pedagógicos, livros didáticos, currículos, propostas curriculares, a própria BNCC — sejam adaptados a



essa “nova” — entre aspas — realidade que será introduzida caso o Projeto Escola sem Partido seja aprovado pelo Congresso Nacional.

Era só isso.

Agradeço a atenção de V.Exas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Agradecemos ao nobre Dr. Miguel Nagib, professor que muito estimamos.

Todos já conhecem a sua luta. Estamos juntos, defendendo essa bandeira que consideramos importante para a sociedade brasileira, em especial aqueles que estão no banco escolar, que merecem ser respeitados e ter seu direito preservado.

Neste momento, após ouvirmos os expositores, concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde aos nossos nobres convidados, Dr. Nagib, Prof. Vitor. Já agradeço a presença e as palavras ao Dr. Nagib também. Quero saudar aqueles que sempre estão conosco aqui, os nossos Deputados, Deputada, aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação desta Casa e também através da minha página no Facebook. E sempre estamos dando ampla divulgação para todos os trabalhos desta Comissão devido à importância, à relevância do tema que estamos discutindo aqui. Queremos cada vez mais trazer esses elementos para que as pessoas fiquem inteiradas de tudo aquilo que acontece no nosso País na educação, concordando ou discordando, mas que tenham conhecimento amplo de toda essa temática.

Eu quero, mais do que tudo, agradecer ao Prof. Vitor, porque sempre, para mim, como Relator, é muito importante quando nós temos o testemunho, a experiência vivida com relação a tudo aquilo que nós temos aqui como teoria nesses projetos. São seis projetos. E eu também quero enfatizar aquilo que o nosso nobre Presidente disse, quando ainda estava na bancada, e dizer que essa contribuição que nos chega hoje através do Dr. Miguel Nagib é muito bem-vinda, assim como todas as contribuições que chegam a esta Comissão, mas esse não é o relatório deste Relator. Isso é importante que fique claro. Nós temos aqui os projetos, inclusive o anteprojeto que foi apresentado pelo Deputado Izalci, que está sendo analisado nesta Casa, nesta Comissão, por todos os Parlamentares e também, claro, por este Relator.



Assim como todas as contribuições que chegam, elas são sempre muito bem-vindas, sejam daqueles que são favoráveis até mesmo como a questão do Dr. Nagib, que é o mentor desse movimento, como também daqueles que são contrários. Todas as contribuições são sempre muito bem-vindas. E nós acolhemos todas com total respeito e apreço. Mas sempre digo que esta Comissão tem um Relator que está muito atento a essa temática e apresentará um relatório muito bem elaborado ao final dos nossos trabalhos.

Eu quero enfatizar essa fala do nobre professor, porque é sempre muito importante ouvirmos as experiências que são vividas. E nós escutamos bastante até hoje, como o próprio Dr. Nagib nos trouxe, experiências com alunos, mas a mim sempre impacta bastante quando nós escutamos aqui a fala de professores, de acadêmicos que sofrem esse tipo de perseguição por se posicionarem contra uma linha que aparentemente, nas falas que estamos ouvindo nesta Comissão, vai em outro sentido.

Ao mesmo tempo, reitero também a minha tristeza de ainda não ver, nesta Comissão, neste início de semestre, aqueles que são opositores a essa ideia. Como eu disse, como Relator, para mim, é interessante ouvir ambos os lados. Infelizmente nós começamos a nossa primeira audiência pública nesta Comissão não tendo, mais uma vez, o lado oposto, ou seja, aqueles que são críticos ao projeto.

A crítica é sempre muito bem-vinda. Eu sempre gostei bastante... Aliás, ninguém gosta de crítica, essa é a verdade, mas quem quer amadurecer e crescer sempre precisa estar aberto à crítica. Então, quando eu digo que eu gosto da crítica, é nesse sentido. Eu acho que nenhum ser humano gosta de ser criticado, mas a maturidade vem com a crítica. Nós aprendemos quando as pessoas apontam até mesmo erros que nós cometemos.

Nesta Comissão, é interessante que aqueles que são opositores à ideia original ou às ideias que são postas — repito, são seis projetos de lei — que se façam presentes aqui e coloquem os seus posicionamentos, visto que esta é uma Comissão totalmente aberta a ouvir ambos os lados.

Mas eu agradeço as suas palavras. E repito que, para mim, sempre é muito importante receber um testemunho como esse e esses elementos que o senhor nos trouxe de forma tão excelente, como nos foi apresentado nesta tarde.



E ao Prof. Nagib, que nós já conhecemos mais e está sempre conosco, nos acompanhando, repito, agradeço mais essa contribuição, que vem não somente com a fala, mas a fala daquilo que já foi apresentado como um documento a esta Comissão. Eu agradeço-lhe mais uma vez.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Dando sequência, senhoras e senhores, vamos conceder a palavra agora aos nobres Deputados inscritos, dando início com a fala da nobre Deputada Professora Marcivania.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Boa tarde a todos e a todas, aos colegas Parlamentares, aos convidados nesta tarde.

Queria me reportar ao final da sua fala, Deputado Flavinho, quando diz que os opositoristas ao projeto não têm estado presentes. Quando V.Exa. fala em conviver bem com as divergências, às vezes isso não passa de uma mera retórica de discurso, porque da última que eu participei, ainda aqui nesta sala, de um momento de discussão, eu pedi até desculpas ao Presidente à época, porque eu precisava falar e me ausentaria logo em seguida, porque o partido estaria reunido e precisaria da minha presença lá.

Na minha fala, basta rever toda ela naquele contexto, em nenhum momento eu fui descortês com os meus colegas, pelo contrário. Na minha postura aqui nesta Casa, na minha vida, na minha profissão, sempre fui de muita cordialidade com as pessoas e eu fui muito ofendida pelo Deputado que aqui se encontra. Dois Deputados chegaram a dizer que seus ouvidos "*não eram penico para ficar ouvindo a Deputada*" e pediram para retirar isso das notas taquigráficas.

Mas é muito importante que se mantenham as notas taquigráficas, porque acho que nós precisamos também ver o ambiente em que foi discutido um tema tão importante como esse para a educação brasileira.

Então, eu queria aqui reivindicar dos meus colegas, eu estou usando boa parte do meu tempo para reivindicar dos meus colegas o respeito a essa pluralidade de ideias. Não é porque eu sou divergente num pensando que nós, lá na frente, não possamos convergir em outros. O respeito e a diversidade são muito bem-vindos, porque fazem parte do contexto democrático que vivenciamos em nosso País.



E aqui eu queria fazer duas perguntas. Uma pergunta ao Vitor Geraldi, que está aqui, é professor, mas não está aqui na condição de professor da UFMG, se eu entendi bem. Eu acho que você se colocou bem, eu entendi bem que não está aqui na condição de professor da UFMG e faz parte do Departamento de Psicologia, mas não está aqui como psicólogo. Aí eu fiquei em dúvida quanto à sua formação. Qual é a sua formação lá no Departamento de Psicologia da UFMG?

Mas eu queria logo fazer as duas perguntas. Ao Miguel Nagib, eu queria fazer uma pergunta e uma colocação: o que levou o senhor a coordenar o movimento Escola Sem Partido, que culminou no PL que é apensado a outros PLs, que ora nós discutimos nesta Comissão? E gostaria de colocar uma situação hipotética aqui: o que aconteceria com o professor numa situação hipotética na sala de aula? Eu já fui professora de educação infantil, depois fui professora de outros níveis da educação pública e já convivi em sala de aula com crianças. E a criança tende a reproduzir um pouco o pensamento dos pais, é natural isso, ela tem uma educação familiar. E eu vivenciei uma situação, não é uma situação hipotética, mas eu gostaria de me reservar, não falar nomes, porque não é necessário. Uma criança meio que constringendo a outra disse: *“Por que, professora, as meninas vestem rosa e os meninos vestem azul? E por que fulano”*, um dos coleguinhas, *“só veste rosa?”*, era um menino. Eu, como professora, disse: *“Menina veste rosa, eu sou menina e visto azul também, menino pode também vestir rosa”*. A outra colega levantou o dedo: *“Mas, professora, por que normalmente os meninos fazem judô e o meu colega faz balé?”* E a outra: *“Professora, por que normalmente os meninos brincam de carrinho e fulana brinca...”*.

Então, num contexto como esse, Miguel Nagib, qual seria, na sua visão, a forma adequada de se tratar? Eu acho que não podemos deixar que a criança que veste rosa e é menino seja constringida. E não vejo nesse processo um dogmatismo do professor ao tentar mostrar que existe essa pluralidade mesmo na vida e que na escola não é diferente. A escola está na sociedade e ela reproduz essas questões que acontecem na vida fora dela.

Preocupou-me a questão do anonimato na denúncia. Eu acho que toda denúncia tem que ter a autoria de quem fez, porque isso dá responsabilidade a quem faz a denúncia. Preocupa-me muito essa questão do anonimato na denúncia.



Eu gostaria até que se repensasse isso, porque o anonimato garante, sim, certa irresponsabilidade da denúncia. A questão da improbidade administrativa, em relação a uma retirada, tem que ver os vários contextos em que se pudesse retirar ou trocar de lugar. Não sei. Eu fiquei meio preocupada com a criminalização que pode estar sendo proposta da atividade docente. Concordo que muitas das questões que você falou resultam mesmo da Constituição, que já dá todo o norte legal de como se deve proceder ou não em sala de aula. E eu, como professora, sei que há limites e esses limites devem ser respeitados por todos nós, não só pelos professores.

Então, eu queria que você atentasse à situação hipotética e à questão do anonimato da denúncia. Gostaria de ouvir o professor, porque eu acabei sem entender qual é a sua formação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Agradecemos à nobre Deputada Professora Marcivania. Antes de darmos sequência à concessão da palavra aos nobres Deputados, ouviremos o Relator, que pede a palavra e tem prioridade.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Sr. Presidente, a nobre Deputada iniciou sua fala citando o final da minha. Com todo o respeito à nobre Deputada, não há nenhuma retórica por parte deste Relator. Então, é importante que fique claro, porque pode transparecer que este Relator está sendo retórico ou hipócrita naquilo que está propondo para a Comissão.

Vale ressaltar a V.Exa. que faz mais ou menos — peço que me corrija se eu estiver errado — uns 5 meses que nenhum Deputado que tenha discutido conosco essa questão seja contrário ao projeto.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Esse tipo de coisa afasta, não é, Relator?

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - É, eu também já...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Esse tipo de tratamento que...

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Eu fui tratado pessimamente em outras Comissões por pessoas...



A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Mas com certeza não por minha pessoa.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Eu não disse que foi V.Exa., mas já tivemos uma discussão mais acalorada na Comissão de Educação. Até respeitei o posicionamento de V.Exa., mas fui obrigado também a me posicionar de forma mais enérgica.

Mas a questão aqui não é esta. Esta Comissão é muito aberta, como todas as Comissões. Saber se o debate parlamentar alcança ou não o nível que deveria alcançar é um debate da Casa, não desta Comissão. Cada Parlamentar tem liberdade para se posicionar como se acha confortável. Eu, como Relator, não estou aqui para fazer uma análise, um juízo dessas ações e dessas falas. Cabe ao Presidente da Mesa, quando está ocorrendo algo, cercear ou não alguém para que isso não aconteça.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Mas eu não estou cobrando essa postura de V.Exa.

O SR. DEPUTADO FLAVINHO - Se V.Exa. permitir, eu gostaria de falar, pois a escutei o tempo inteiro. (*Palmas.*) Somente quero deixar claro o meu posicionamento como Relator. Eu não respondo por nenhum outro Parlamentar. Como Relator desta Comissão, eu sinto falta de ouvir aqui aqueles que têm posicionamentos contrários, assim como V.Exa. fez agora. Isso me enriquece muito como Relator. Sempre sou muito aberto ao diálogo. Por isso, no meu caso, como Relator desta Comissão, eu disse que sinto falta de ouvir aqueles que também são contrários. Para que o relatório seja plenamente realizado, é preciso ouvir ambas as partes.

Com relação aos outros requerimentos que chegaram depois, gostaria de dizer que subscrevi todos, inclusive aqueles em que sugeriam nomes de pessoas de cujos posicionamentos eu discordava veementemente, mas fiz isso cumprindo meu papel como Relator.

Então, apenas quero deixar claro que nós não estamos sendo retóricos e, da a parte deste Relator, muito menos hipócrita, em propor uma coisa e, em outro momento, fazer o contrário.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Dando sequência, passo a palavra ao nobre Deputado Marco Feliciano.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nobre Relator Flavinho, quero parabenizar o Dr. Miguel Nagib pela iniciativa — daqui a pouco, ele vai nos explicar por que teve a iniciativa do Escola sem Partido, até em resposta à pergunta que foi feita aqui — e o Dr. Vitor Geraldi pelo pronunciamento e pela coragem não apenas de vir a esta Comissão mas também de enfrentar o estado de caos em que vive a educação brasileira.

Nesses meses em que a Comissão Especial que analisa o Escola sem Partido aqui se reúne, houve apenas o intuito de buscar um pouquinho de liberdade: liberdade de falar, liberdade de pensar. Antes de qualquer outro tipo de liberdade, inclusive a sexual, vem a liberdade de consciência. Se eu não posso pensar, não posso existir; se eu não posso pensar e falar o que penso, não vivo num Estado Democrático de Direito, mas em um Estado totalitário. É essa a nossa ânsia: lutar contra esse estado de caos; lutar contra uma esquerda que acabou dominando o nosso País e demonizando as instituições, com as instituições de segurança pública, ao dizerem que policial não presta para nada. Os professores apanham dentro da sala aula, e ninguém pode fazer nada. Se o professor levantar um dedo, vêm os direitos humanos e punem o professor e coisas do tipo.

Debater com qualquer pessoal que tenha um pensamento contrário é salutar e saudável; difícil é debater com alguém que milita em uma esquerda orquestrada e extremamente raivosa.

A Deputada que falou há pouco citou um fato que aconteceu na última Comissão na qual estivemos. Eu fui um dos Deputados que se manifestou e já explico por que me manifestei. Todas as vezes que vem aqui algum Deputado de esquerda, o que raramente acontece, a primeira coisa que fazem é partir para o vitimismo e, de maneira desagradável e preconceituosa, tocar na religião daqueles que aqui frequentam. Da outra vez, foi citada até a Bíblia Sagrada, num disparate, como se aqui houvesse uma pessoa hipócrita. E isso não dá para suportar! Se a pessoa fica para o debate, e nós vamos para um debate de alto nível, alto nível terá, mas, quando baixa o nível, nós nivelamos da mesma forma o linguajar.



Uma coisa é o que se fala, outra coisa é o que se prega. Por exemplo, a Deputada que aqui está, em outro momento que estivemos aqui na Câmara dos Deputados, eu estava sentado bem à frente dela. Infelizmente eu fico no meio. Só Deus, porque na minha frente fica o PSOL e atrás, o PCdoB. Eu sou do PSC. E eu fui afrontado por um Deputado do PSOL que xingou a minha mãe de puta. E as Deputadas que estavam atrás ouviram. E eu reclamei: *“Vocês não vão defender a minha mãe?”* A minha mãe é preta, pobre, mulher e analfabeta. Nenhuma delas levantou a voz, inclusive V.Exa. que aqui está. Eu cobre isso. Mas se fosse qualquer outro tipo de mulher, qualquer outro tipo de ataque, se fosse qualquer outro tipo de pessoa, vocês defenderiam.

Então, entre o que se fala e o que se prega há muito distância. Não se trata deste debate, mas eu queria deixar registrado isso também, porque assim como as pessoas tratam elas são tratadas. Quando há respeito, o respeito é dado e é mútuo.

Sobre o Escola sem Partido, ele chega em bom tempo. No dia 15 agora vamos ter uma grande marcha em várias cidades do Brasil. Grandes movimentos estão apoiando. As pessoas estão indo para rua. As crianças estão cobrando dos pais. Nós ouvimos aqui um áudio. Contra fatos não há argumentos. É brutal aquele áudio que você colocou aqui, Miguel Nagib: uma criança de 4 ou 5 anos de idade questionando o pai dela sobre questões sexuais. Ou seja, ela ouviu da professora. Como disse a Deputada há pouco, a defesa é no vitimismo. Mas e a pessoa que sofre? E as outras que sofrem? Como é que fica? Então é preciso encontrar um limite.

O Escola sem Partido está ali. A única obrigatoriedade é colocar um cartaz como aquele na parede. O que é que aquilo pode atrapalhar alguém? Não atrapalha ninguém em nada. Não tira do professor o seu direito de cátedra, não coloca uma mordaça na boca do professor. Vai, sim, mutilar aqueles professores de esquerda que não sabem fazer outra coisa a não ser xingar, brigar, humilhar.

Eu posso dizer isso com conhecimento de causa. Quando começou aquela luta comigo aqui na Comissão de Direitos Humanos por causa de um tipo de minoria deste nosso País, a minha filha de 18 anos teve que sair da universidade porque enfrentou gritos de professores, não foi de alunos. O posicionamento foi do pai dela, um posicionamento político, porque o pai é político, e a minha filha, dentro da sala



de aula, sofreu retaliação, humilhação, preconceito dos professores e, na sequência, *bullying* dos alunos, porque era filha do Feliciano. Ou seja, ela não pode nem expor o seu pensamento. Professores fizeram isso! Eu tive que tirar a minha filha da universidade, e não havia lugar no Brasil para ela estudar. A família de um amigo muito querido, por piedade e bondade, uma família adotou minha filha. E ela foi estudar nos Estados Unidos por quase 1 ano. Depois voltou.

Então, é isso o que nós não queremos. Não queremos que nossas crianças sejam doutrinadas.

Parabéns, Miguel! Parabéns, professor! Sucesso. Eu sei o que o senhor passa nas mídias sociais, porque eu passo também: destruição de reputação. Essa é a única maneira que eles têm, porque falta a eles intelecto, e, quando falta o intelecto, como disse esses dias um Deputado no plenário, Deus é tão amoroso que aqueles a quem Ele não deu intelecto Ele deu voz, para que eles possam ficar gritando, latindo e ladrando.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Agradecemos a participação do nobre Deputado Pr. Marco Feliciano.

Na sequência, concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Sr. Presidente, pelo que eu entendi aqui, as críticas foram direcionadas a mim. Não?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Está o.k., mas eu faço...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - De forma nenhuma. Não estou falando isso, Deputada. Mas sabemos que a estratégia dos nossos opositores é exatamente fazer isto. Falam e saem, falam e saem. Inclusive temos um Deputado aqui que é conhecido como sendo o "Deputado virtual". Ele fica sabendo das coisas e só se pronuncia no Youtube. Parece que a tribuna morde. Ele fica com medo do debate. Mas se diz a favor da pluralidade de ideias.

Enfim, Sr. Presidente, não é este o tema do nosso debate.

Eu trago aqui um dado. A Noruega é tida como um país exemplo em igualdade de gênero. E lá, no universo das enfermeiras, 90% são mulheres,



enquanto apenas 10% dos engenheiros são do sexo feminino. A pergunta que eu faço é a seguinte: existe preconceito nisso? Será que tudo na nossa vida tem que ser meio a meio? Ou não? Se a nossa população é composta 55% de mulheres, tem que haver 55% de Parlamentares mulheres? Isso eu vejo como uma certa ignorância. Nós vamos deixando de lado a meritocracia e vamos nos agarrando apenas ao que conseguimos ver. Eu não sei nem se dá para chamar isso de raciocínio.

Levam isso para o caso dos presidiários: *“Ah, porque a maioria dos presidiários é negra”*. Ora, será que no Código Penal está escrito isto: *“roubar, 10 a 20 anos, mas, se for negro, de 20 a 30”*? Será que a polícia é formada exclusivamente por negros?

Mas eles tentam, de alguma maneira, deturpar a realidade, para jogar uns contra os outros, e aí daquele que falar o contrário, porque, se fizer isso, é racista. E depois a nossa sociedade não sabe por que estamos tão divididos. É porque não há mais debate hoje em dia. Você é contra as cotas raciais? Você é racista. Você é contra o *kit gay*? Você é homofóbico. Você é contra o Bolsa Família, quer uma saída para o Bolsa Família? Então você é contra os nordestinos, é contra os pobres. É contra a Lei da Palmada? Então você é a favor da tortura de crianças. É isso o que a sociedade não aguenta mais.

E aí, Deputada, quando vemos pessoas virem aqui se vitimizar, desculpe-me, mas realmente a paciência acaba ficando esgotada.

Aproveito a oportunidade, este minuto final, para perguntar ao Relator se há um prognóstico para a votação do relatório, porque acredito que os debates já estão na reta final. Acho que já foram mais do que exaustivas as discussões.

Convido a todos os que nos assistem a ir segunda-feira à Câmara Municipal de Campo Grande. Estarei lá, e acho que o Prof. Miguel Nagib também estará lá, debatendo o Projeto Escola sem Partido no Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Agradecemos a participação do nobre Deputado...

Deputada, V.Exa. não foi citada.



A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Eu gostaria de me reinscrever. Ou só se pode falar uma vez aqui na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Não se trata disso, Deputada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Só quero me reinscrever, porque eu quero comentar o tema, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - V.Exa. sabe que a Presidência desta Comissão não procede dessa forma.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Eu quero saber se eu posso me inscrever para falar de novo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO FRANCISCHINI - Estou na fila, esperando para falar, Presidente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Eu entro na fila. Eu só quero pedir a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Não há problema, Deputada, mas agora passarei a palavra ao Deputado Delegado Francischini.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Eu estou inscrita, então, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - O Deputado Delegado Francischini está com a palavra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Depois dele eu falo, Presidente? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Depois, Deputada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Obrigada.

O SR. DEPUTADO DELEGADO FRANCISCHINI - Presidente, acho que, mais do que qualquer um aqui, eu sou aquele que vive no olho do furacão, onde tudo acontece. Sou do Paraná, de onde saiu a maior parte da motivação do Escola sem Partido. Não há uma semana em que eu, o Prof. Miguel Nagib, o Deputado Eduardo, o Deputado Feliciano não publicamos um vídeo, um áudio ou alguma matéria que saia do nosso Paraná.

Infelizmente, há uma dominação sindical da CUT e do Sindicato dos Professores. Os seus presidentes ficam escamoteados em sindicatos, mas na



verdade todos já foram candidatos pelo PT a Deputado Federal, a Deputado Estadual, sempre obtendo um fiasco quanto aos votos. Eles estão lá para fazer trabalho político-partidário.

Eu fui Secretário de Segurança e mantenho a mesma linha, não afrouxo, não mudo nenhuma vírgula, pelas crianças e pelos adolescentes daquele Estado, pela moral, pela ética, pela ordem. Não aceito depredação, quebra-quebra, tentativa de invasão, porque isso vira exemplo para aquelas crianças.

Muitas vezes a motivação do Escola sem Partido veio do fato de que todas as políticas de readequação salarial foram feitas por meio de campanhas assim chamadas: Agora a Aula é na Rua. Isso faz com que alunos de escolas públicas, muitas vezes incentivados, sem saberem sequer o verdadeiro motivo do movimento, vão para a rua achando que estão combatendo a corrupção e os maus políticos, mas estão indo lá fazer frente de batalha.

Essa é uma visão mais moderna do que fazia, segundo o que aprendia em Cuba sobre guerrilhas, o pessoal mais antigo. Eles eram presos políticos e agora são políticos presos. Usam tática de guerrilha, colocam crianças e mulheres na frente. Isso é feito para que, na hora do embate com a Polícia Militar, os militantes da CUT e do MST, estrategicamente treinados por militância de enfrentamento, afastem-se, deixando que crianças e mulheres saiam machucadas e assim sejam vistas em imagens divulgadas pelas mídias no Brasil inteiro. Então, chega de Agora a Aula é na Rua para se fazer militância político-partidária!

Muitas vezes, principalmente por ocasião do depoimento de Lula em Curitiba, as mesmas pessoas que estavam nesses movimentos seguravam com suas mãos placas contra o Escola sem Partido ou contra políticos envolvidos em corrupção. Milagrosamente, essas mesmas mãos seguravam placas onde se lia o seguinte: *“Mexeu com Lula, mexeu comigo”*. Tenho milhares de fotos disso. Não é possível, se são contra a corrupção, contra o que está acontecendo no País, como é que seguram placa em que se lê *“Mexeu com Lula, mexeu comigo”*? É a cegueira que faz isso.

Para mim não importa, Deputada, se é direita ou esquerda. Dentro de sala de aula, não pode haver direita e esquerda, tem que haver aula, estudo, aquilo que meu pai aprendeu em sala de aula. Na época dele e do meu avô, o professor era



respeitado. Quando um aluno levantava a mão para um professor dentro de sala de aula?

Do jeito que está, a grande maioria dos professores não querem mais nem estar filiados a sindicatos, não aceitam isso. Agora estamos no meio de eleições em sindicatos de professores do Brasil inteiro. Graças a Deus, agora eles podem não recolher imposto sindical quando não concordam com o comando. O comando usa as verbas.

Em quantas invasões do MST nós vimos carros de sindicatos vinculados aos professores? Não sou eu que estou denunciando isso. Basta pesquisar na mídia do Paraná, onde está o olho do furacão. *“Estamos retribuindo o apoio que o MST deu aos professores nos enfrentamentos com a polícia.”* São os professores? Não são os professores!

Eu tenho certeza de que a Deputada Professora Marcivania não é esse tipo de professora. Ela pode até fazer essa defesa, porque tem representatividade e está aqui conosco, recebeu os votos necessários para representá-los aqui. Mas há aqueles que são extremamente radicais e acham que os alunos são massa de manobra. Não! Ela é que tem que realizar esse enfrentamento, fazer uso do microfone para representar essas pessoas. Não se pode usar crianças para se alcançar esse objetivo.

Então, quero que se retire todo posicionamento. Muitas vezes, pode-se falar: *“Querem tirar a Esquerda de sala de aula. Vai começar uma doutrinação para colocarem ali a Direita ou o conservadorismo”*. Não! Eu acho que é preciso voltar a se ensinar mais Matemática, Português, História do Brasil, Geografia, Ciências e menos política partidária em sala de aula.

Sr. Presidente, encerro dizendo que vou votar favoravelmente ao relatório que vier pela aprovação do Escola sem Partido, sem medo nenhum da repercussão do meu voto. Faço isso publicamente, depois de tudo a que assisti estando lá, no olho do furacão. Represento muitos professores que não são de direita nem de esquerda, querem é voltar a ser respeitados em sala de aula, ter um salário digno e ser representados como professores, não como atores políticos.

É necessário que volte a haver, em sala de aula, esse respeito ao professor e ao aluno. O pai precisa saber que o filho está lá para aprender matérias e não para



receber doutrinação política, muito menos doutrinação sexual, contrária ao que pensam seus pais.

Seria isso, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Obrigado, nobre Deputado Francischini.

Esta Presidência tem sido tolerante, e todos sabem que a norma nos limita ao tempo de 3 minutos. Fizemos valer o tempo da nobre Deputada — S.Exa. foi a primeira falar —, e todos tiveram o mesmo direito.

Como V.Exa. pede a palavra agora, Deputada, queremos deixar bem claro que a usará por 3 minutos. Se eu estivesse no lugar de V.Exa., também teria os 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Está certo, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu queria dizer que não houve, na minha fala anterior, nenhum processo de vitimização. Eu apenas disse que sou cristã e que, como cristã, acredito que o amor ao outro, o amor ao próximo, mesmo que ele seja muito diferente de mim, é o que deveria prevalecer.

Eu queria fazer uma reflexão aqui, Deputado Eduardo. Eu não sou a favor de nenhum tipo de violência, independentemente de atingir alguém que seja próximo a mim ou que pense como eu.

Eu vi o vídeo. V.Exa. disse que alguém teria sido vaiado ou maltratado por estar com uma camisa em apoio ao seu pai. Eu sou contra qualquer espécie de violência, inclusive contra alguém com quem eu tenha divergências. Então, a pessoa que vaiou ou maltratou alguém que é simpático à candidatura do seu pai está errado também. Não podemos relativizar as coisas de acordo com os nossos interesses.

Mas agora eu quero travar um diálogo um pouco mais fraterno na política. Infelizmente, a maioria das pessoas que vão para a prisão são pobres, não podem se defender. Houve aquele caso do filho de uma desembargadora. Mesmo havendo provas, ela foi à penitenciária e o tirou de lá.

A realidade brasileira é essa mesmo. Não é que só negros cometem crimes, mas, infelizmente, as pessoas que não têm condições de pagar uma boa defesa... A Defensoria Pública é muito diferente da Promotoria. Sabemos as condições que a



Promotoria tem e as condições que a Defensoria tem. Então, infelizmente, hoje, quem pode pagar um bom advogado está fora da penitenciária, mesmo tendo cometido crimes, e quem não pode está dentro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - É por isso que os petistas estão soltos? *(Risos.)*

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Foi por isso que impediram que continuasse o processo contra Michel Temer no Supremo Tribunal Federal.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Não houve a nossa ajuda.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Há provas incontestes de corrupção contra ele, e a maioria dos Deputados disse que o Supremo não pode investigá-lo.

Então, é complicado, é um contexto muito incoerente o que vivenciamos nesta Casa. Com certeza, o povo brasileiro não está satisfeito com o que vê da sua representação nesta Casa. Essa é uma realidade que vemos nos aeroportos, nas ruas, nas feiras, em qualquer lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Deputada, agradecemos a sua participação.

Não vamos abrir aqui discussão sobre outro tema.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, gostaria de complementar aqui um breve pensamento, para mostrar que há incoerência.

A Deputada disse que é contra qualquer forma de violência, mas seu partido assinou manifesto a favor de Maduro, e há mais de cem pessoas mortas na Venezuela. *(Palmas.)* O seu partido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Deputado Feliciano, vamos nos ater ao nosso tema, que é o Escola sem Partido. *(Manifestação na plateia.)*

Senhoras e senhores, nós agradecemos a participação. As audiências desta Comissão têm sido muito boas. Às vezes, há alguns embates, mas isso é normal. Alimentar agora essa discussão não vai nos levar a nada. Ainda temos que dar aos nossos ilustres convidados a oportunidade do uso da palavra.

Deputados, eu gostaria de dizer que, na semana passada, participei da formatura de várias turmas da Universidade Católica de Pernambuco, no Centro de



Convenções, onde se reuniram em torno de 5 mil pessoas. Havia muita gente. Foi escolhida uma aluna para falar em nome de todos os alunos. Eu achei bonito, ela começou a falar realmente da questão do ensino e tal, mas, no final — ainda bem que houve quem a aplaudisse, um grupo minoritário —, gerou uma revolta, porque terminou usando exatamente palavras sobre as quais estamos aqui discutindo: fora, A; fora, B; fora, C. Na realidade, ela terminou com muita ira, com muito ódio, com um discurso político, e não era o que se esperava.

O que temos discutido aqui é o respeito ao aluno em sala de aula e o que o professor tem que ensinar. Em nenhum momento vimos nesse projeto a proibição da conversa. Alguns até acharam que o projeto apresentava uma tendência à imposição religiosa. Não tem nada a ver! Quando se fala de escola sem partido ou ideologia, isso também tem a ver com ideologia religiosa. Como foi citado há pouco aqui, se alguém quer uma escola confessional, vá para uma escola particular, porque a escola pública está dentro da laicidade.

Antes de ler comentários dos ilustres internautas que nos estão acompanhando — alguns estão até elogiando esse lindo comportamento parlamentar —, eu gostaria de dizer algo.

Dr. Nagib, eu quero que entenda, assim como todos os outros, que a colocação que fiz não é para ir de encontro à sua ideia, é para respeitar as questões regimentais. O projeto está sendo discutido em uma Comissão, e há um Relator que está apto para ouvir, acatar e dar o seu parecer, *a posteriori*, que votaremos aqui.

Quanto ao que foi apresentado, eu até sugeriria que, no final do art. 3º, fosse mantida a palavra “sexual” e não “gênero”. Essa é uma sugestão que estamos dando, até porque é complexo manter essa palavra. Essa é uma ideia que estamos passando para o Relator.

Senhoras e senhores, eu vou ler algumas manifestações feitas pela Internet.

Prof. Vitor e Dr. Nagib, pessoas fazem comentários, algumas fazem perguntas. Na hora de suas considerações finais, os senhores poderão respondê-las.

Alan Xavier: “*Escola sem partido ou professor sem partido, o que define o projeto?*”



Fernando Araújo Junin: *“Por que o pessoal do escola sem partido se preocupa tanto com suposta ‘doutrinação marxista’ e ‘marxismo cultural’, mas não demonstram a mesma militância ou preocupação com as escolas militares que impõem ideologia da ordem, da direita e já tem escola até pró-(...)”* — cita o nome de um pretendo candidato a Presidente da República — *“declaradamente?”*

O Sr. Rocha Assis: *“Adeus, marxismo cultural! Talvez demore mais de dez anos para nossa educação começar a ser restaurada, e com certeza o projeto ‘Escola sem Partido’ será um grande divisor de águas para esse grande feito. Parabéns, Dr. Miguel Nagib!”*

Mauricio Milaroski: *“As propostas que constam no projeto escola sem partido já estão inseridas no estatuto do magistério... por quê os professores são contra?? por quê o estatuto não é respeitado?? por quê os professores que não respeitam o estatuto ficam impunes...”*

Aparecido de Souza Lima: *“Atualmente, a cada mandato, se houver troca de partido, cada prédio recebe as cores do partido. Afinal, onde estamos? Partido não me representa, e sim, a simbologia do meu município; Estado e nação. As cores do cidadão!!”*

Janio Melo: *“O PL 867/2015 fala em apresentar ‘as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito’ de questões políticas, econômicas e sócio-culturais. Como o professor classificará as ‘principais versões’? Caberá à escola expor as opiniões sobre estes temas, como diz o texto?”*

João Floriano: *“Sou contra a lei da mordaça. Não a PL 7180/14. Se existe uma escola sem partido é contra uma escola com partido o que não existe dada a história dos presidentes todos de direita”.*

Lilian Santo: *“Sou contra a lei da mordaça. Não a PL 7180/14”. (...)* — Ela repete a mesma colocação do outro.

Fernando Araújo: *“O Escola Sem Partido não é uma legislação que permite perseguir professor, seja pela posição ideológica, seja pela posição política, mesmo dentro ou fora da sala?”*

Fernando Araújo Junin ainda pergunta: *“O Escola Sem Partido criaria um clima de tensão ao policiar o que o professor pode ou não falar segundo as visões que não são científicas?”*



Alan Xavier: *“Qual a ação dentro da sala para dar voz ao outro lado do debate?”*

Nataniel Kegles: *“Se a Lei do Escola Sem Partido não revoga nenhum direito aos professores ou alunos, tratando-se apenas de afixar em todas salas de aulas cartazes com os direitos dos alunos já existentes na constituição e em tratados internacionais, como pode alguns deputados serem contrários ao projeto?”*

Carvalho Infotec: *“Escola sem Partido garante que a sala de aula seja um lugar tranquilo onde todas as vertentes serão respeitadas. Não haverá ideologia nem religião predileta. Professor que não doutrina terá total liberdade para trabalhar. Quem esta contra isso??”*

Aparecido de Souza Lima: *“Escola é local de ensino e não a de cabo partido eleitoral, como atualmente vemos. Ali, ensina-se de tudo, de todas as matérias curriculares, observando-se as idades dos discentes”.*

Willian Moraes: *“O projeto quer evitar doutrina nas escolas implantando uma outra doutrina conveniente para a ala mais conservadora da política, principalmente se tratando de usar essa PL como forma de dar continuidade a preconceitos ao não permitir o debate em sala de aula? (...)”*

Janio Melo: *“O PL 1859/2015 proíbe o uso do termo ‘gênero’ em qualquer material, curso ou disciplina. Como iremos nos referir a gênero alimentício, gêneros textuais ou o termo gênero dentro da taxonomia?”*

Rodrigo Macedo: *“Pela aprovação do projeto Escola Sem Partido. Basta de doutrinação ideológica e perseguição a pensamento divergente que vem ocorrendo nas escolas e universidades brasileiras!”*

Por fim, Yuri Rodrigues: *“Os Art II, § 7; Parágrafo único; Art. 5, § V abrem precedente para a censura? Explico: se os pais podem escolher o que os filhos devem aprender, então eles poderiam impedir um professor de se posicionar sobre um fato ou ensinar um conteúdo que desagrade aos pais (...)”.*

Essas são algumas das colocações e das perguntas.

Agora passaremos a palavra aos nobres palestrantes. Como de costume nesta Comissão, inverteremos a ordem dos oradores. Nas considerações finais, quem falou primeiro falará por último.



Passamos a palavra ao nobre Dr. Nagib, para que faça as suas considerações.

Logo após, fará uso da palavra o Sr. Vitor. Teremos que encerrar esta reunião dentro de alguns minutos, pois já começou a Ordem do Dia.

O SR. MIGUEL NAGIB - Sr. Presidente, em relação a essas questões enviadas pelos internautas, eu gostaria de me deter em três. Depois eu respondo as questões da Deputada Professora Marcivania.

A primeira questão: há pessoas que chamam o projeto Escola sem Partido de Lei da Mordaça. Nós sabemos que os adversários do Escola sem Partido se referem à proposta como Lei da Mordaça. Quem faz essa afirmação está confessando publicamente que se sentirá amordaçado se tiver que respeitar aqueles deveres do professor. Se for um professor, ele está confessando que faz, nas salas de aula, propaganda político-partidária e se sentirá amordaçado se não puder fazê-lo. Ele está confessando publicamente que, nas salas de aula, desrespeita o direito dos pais quanto à educação religiosa e moral dos seus filhos. Se ele não puder desrespeitá-lo, ele se sentirá amordaçado.

Então, essa acusação, no fundo, é uma verdadeira confissão de culpa. E nós sabemos que a maior resistência ao nosso projeto de lei provém de professores que usam a sala de aula para praticar aquelas condutas vedadas no projeto Escola sem Partido.

Segunda questão: *“O projeto pretende impor uma doutrinação nas escolas”*. É a coisa mais estapafúrdia que se pode falar a respeito do projeto Escola sem Partido. Não há nenhum viés político-partidário dentro do Escola sem Partido.

É evidente que o projeto Escola sem Partido não é uma proposta de lei ideologicamente neutra. Por que digo isso? Porque a Constituição Federal, que o projeto Escola sem Partido está defendendo dentro das salas de aula, não é um documento ideologicamente neutro. A Constituição Federal assegura, por exemplo, a liberdade de consciência e de crença. Isso é uma escolha ideológica feita pelo Constituinte.

Em Cuba não existe liberdade de consciência e de crença. Na Coreia do Norte não existe liberdade de consciência e de crença. Essa é uma escolha



ideológica feita pela Coreia do Norte, feita por Cuba. A nossa Constituição fez outra escolha.

Da mesma forma, o pluralismo de ideias é uma escolha ideológica, e o Escola sem Partido reafirma essa escolha nos exatos termos da Constituição Federal. A laicidade do Estado também é uma escolha ideológica, e o nosso projeto defende esse princípio.

A neutralidade político-ideológica do Estado não existe nos países comunistas, por exemplo. Não existe neutralidade. Todo mundo sabe disso. Em Cuba não há neutralidade político-ideológica do Estado. O Estado e o Partido Comunista se confundem.

A nossa Constituição fez outra escolha. É justamente essa escolha ideológica que o projeto Escola sem Partido pretende assegurar que seja respeitada dentro das salas de aula, porque foi feita por quem tinha o poder e o direito de fazê-la, que é o Poder Constituinte.

Por fim, com relação ainda aos questionamentos dos internautas, alega-se que haveria censura por parte dos pais, que os pais poderiam definir o conteúdo daquilo que os professores deverão ensinar aos seus alunos. É falsa essa afirmação.

O projeto apenas declara simplesmente aquilo que já está escrito na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que é isto: os pais têm direito a que seus filhos recebam educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções.

Nós só repetimos isso! Foi esta Casa que aprovou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1992, se não me engano. O que vocês aprovaram é lei. E, como lei, tem que ser respeitada no Brasil.

Como um professor de escola pública respeita o direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos? Simplesmente abstendo-se de tratar de questões de natureza religiosa e moral, abstendo-se de desautorizar a autoridade, de contestar a autoridade moral dos pais sobre os seus alunos, ou seja, lembrando-se de que o professor não é pai dos alunos. É fundamental isso. Os alunos são filhos de outra pessoa. Essa outra pessoa é que tem o direito de definir, de dirigir, de conduzir a educação religiosa e moral daquele indivíduo. *(Palmas.)*



Agora passo a considerar as perguntas da Deputada Marcivania. Houve questionamento sobre gênero. Foi levantada a hipótese de que um menino, dentro do ambiente escolar — não sei se entendi muito bem —, pode ser questionado pelos colegas por estar usando uma roupa cor-de-rosa; uma menina pode ser questionada por estar vestindo azul.

Se houver aquilo que chamamos de *bullying*, se uma criança se dirigir a um menino para assediá-lo pelo fato de ele estar usando roupa cor-de-rosa — embora, na escola, saibamos que as crianças usam uniforme —, caso haja uma situação de *bullying*, isso se resolve com uma coisa chamada disciplina, não com lavagem cerebral, não com proselitismo e dogmatismo.

Eu pergunto, Deputada Marcivania, se a senhora reconhece que, no tratamento das questões de gênero, não pode ser usado proselitismo nem dogmatismo. A senhora está de acordo com a redação do art. 3º? O art. 3º do projeto — vou lê-lo para a senhora — estabelece que *“o poder público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero. A senhora discorda da redação desse artigo?*

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Miguel...

O SR. MIGUEL NAGIB - Eu pergunto isso apenas para que eu possa continuar respondendo a sua pergunta...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA MARCIVANIA - Eu sou constitucionalista. Inclusive, no exercício de minha profissão, utilizo estritamente os limites impostos pela Constituição. Primeiro, eu queria lhe dizer isso.

E aquilo que apresentei como uma situação hipotética aconteceu de fato. Como o senhor veria o professor que teve que lidar com aquela situação, se isso fosse mal interpretado pelos pais?

O SR. MIGUEL NAGIB - Veja só, quem vai aplicar essa norma é o servidor público, a autoridade hierárquica do professor, e, em última análise, o Poder Judiciário. Se houver uma queixa dirigida ao Poder Judiciário, o juiz é que vai dizer se, no caso concreto, ocorreu ou não a violação a esse preceito.

Agora, repito, os casos de *bullying*, os casos de assédio devem ser tratados com disciplina. A disciplina parece uma ação autoritária, mas, na verdade, é muito



mais respeitosa do que a lavagem cerebral. A lavagem cerebral, sim, consiste numa violência psicológica infinitamente maior do que o uso da autoridade. *(Palmas.)* E os professores, infelizmente, hoje em dia, já não sabem mais fazer uso do poder que têm — o poder da autoridade — de impor a disciplina no ambiente escolar. Para quê? Para que se respeite o direito de cada indivíduo pensar como bem entender. Eu posso pensar o que eu quiser a respeito de qualquer coisa, mas eu devo respeitar o direito do outro. Eu posso não concordar com o comportamento do outro, mas tenho que respeitar o direito dele. Ninguém pode entrar na minha cabeça, na minha consciência, para tentar fazer uma lavagem cerebral, para que eu deixe de ter as minhas opiniões a respeito de qualquer assunto.

É isso que a escola não pode fazer e é isso que o Escola sem Partido pretende proibir. Na verdade, quer explicitar uma proibição que já existe na Constituição, porque a Constituição diz que é inviolável a liberdade de consciência e de crença.

Eu posso terminar a resposta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Peço que conclua.

O SR. MIGUEL NAGIB - Falou-se sobre criminalização do docente. Não há nenhuma criminalização do docente. O artigo que trata da improbidade administrativa se dirige às autoridades educacionais e não ao professor.

Diz o art. 11 do projeto que configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública o descumprimento da obrigação de colocar o cartaz na sala de aula — isso não compete ao professor —, bem como a remoção indevida ou a destruição total ou parcial dos cartazes ali referidos.

Então, não se supõe que um professor vá destruir um cartaz na sala de aula. Mas, se ele fizer isso, estará cometendo, segundo a proposta do movimento Escola sem Partido, um ato de improbidade administrativa.

Com relação ao anonimato, essa é uma regra que decorre de uma realidade escolar, pelo temor que o estudante tem de fazer uma denúncia. Naturalmente, como eu disse, o estudante está subordinado à autoridade do professor. O professor, muitas vezes, é amado, frequentemente ou quase sempre é querido pelos alunos. Se o aluno afronta esse professor, denuncia esse professor a uma



autoridade hierarquicamente superior, o aluno naturalmente vai correr o risco de ser perseguido pelo professor e pelos colegas. É essa a dinâmica da sala de aula.

O projeto passaria muito bem sem essa regra. Eu, honestamente, acho que nem é necessária, até porque entendo que hoje em dia é inútil, infelizmente, recorrer ao Ministério Público, porque o Ministério Público bate a porta na cara da sociedade. *(Palmas.)* O Ministério Público, infelizmente, tem batido a porta do Estado na cara das famílias que buscam sua proteção, que buscam a ação, o cumprimento da lei.

Isso aconteceu comigo em relação à Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, a Dra. Deborah Duprat, que não nos recebeu quando a procuramos. Nós a procuramos para relatar casos de abuso, de violação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Ela bateu a porta do Estado na cara de um movimento da sociedade civil. *(Palmas.)*

Finalmente, por que haver o Escola sem Partido? Por quê? O que me levou a ter a iniciativa do Escola sem Partido? Infelizmente, Deputada, a senhora não esteve presente quando foram apresentadas — se não me engano, esta é a segunda vez que a senhora vem a esta Comissão — as toneladas de provas dos abusos que vêm ocorrendo entre as quatro paredes das salas de aula. São segredos das salas de aula. Se a senhora quiser, posso visitá-la em seu gabinete para lhe apresentar uma fração dessas provas. Eu tenho certeza de que a senhora vai ficar chocada com o que vai ver: abusos, descumprimento da lei, violação à liberdade das crianças, violação a direitos dos pais.

O que mostrei aqui hoje — a gravação de uma criança que relatava ao pai aquilo que sua professora faz em sala de aula — é nada perto do que estamos vendo.

Então, eu faço questão, se a senhora marcar uma hora em seu gabinete, de ir até lá para mostrar o que está acontecendo. A senhora certamente vai poder se pronunciar aqui na Comissão com conhecimento de causa.

Eu agradeço muito a oportunidade.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Sr. Nagib, muito obrigado.



Como o nosso Presidente falou, nós já lemos as perguntas que haviam chegado, mas ainda há algumas cuja leitura está pendente. Em respeito aos nobres internautas que estão nos acompanhando, farei o registro aqui.

O internauta que se denomina eduardocamf: *“Entendo a necessidade de não provocar o assunto LGBT com crianças. Gostaria de saber se algo nessa lei impede o professor de dizer ao aluno com questões sobre a sua sexualidade que ele é livre de escolher a sua orientação sexual”.*

O Sr. Fernando Araújo Junin: *“Denúncia anônima? Isso não vai dar o espaço para qualquer pessoa acusar o professor sem se responsabilizar? Poderemos denunciar um professor porque não gostamos, porque deu nota baixa, porque o país discorda da posição política, social ou moral?”*

O Sr. Alan Xavier: *“É possível indicar para acompanhamento especializado, quem tem pensamentos ou atitudes fora da cultura, para buscar quais os seus raciocínios? É possível imaginar uma sala de aula onde o professor detém poder total sobre a intelectualidade e a expressão dos alunos e os mantém em cárcere escolar, sob violação de sua liberdade?”*

O Sr. Antonio Alves: *“Se um dos problemas está centrado no professor e sua prática pedagógica incorreta, por que o projeto também não fala sobre a formação de professores?”*

Essas foram as últimas perguntas que chegaram.

Passamos a palavra ao Sr. Vitor Geraldi Haase, para que faça as suas considerações.

O SR. VITOR GERALDI HAASE - Muito obrigado.

Para responder a pergunta sobre a minha formação e os motivos que me levaram a fazer a declaração de conflito de interesse, digo que me sinto dividido. Eu sou servidor público, mas acredito que não fui convidado por ter essa condição. Não represento a instituição na qual eu trabalho.

Eu sou professor de Psicologia, mas também não estou aqui representando a área de psicologia. A minha formação acadêmica original foi em Medicina. Depois, eu fiz residência médica nas áreas de neurologia e neuropediatria, por 4 anos. Durante esse período, eu me interessei por uma área interdisciplinar, a de neuropsicologia. Em função disso, fui fazer o meu doutorado em Psicologia Médica,



em Munique, onde trabalhei nessa área. Quando eu estava no último ano do doutorado, fiz concurso para o Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, onde eu trabalho desde 1994. Em 2012, fiz concurso e passei a ser professor titular de Psicologia.

Então, eu sou professor titular de Psicologia, mas não tenho formação de psicólogo. E não estou representando aqui a opinião de instituições relacionadas com a psicologia. Foi nesse sentido que eu quis falar isso.

Outra coisa que também acho importante dizer é que certamente vou sofrer represálias, pela maneira aberta, sincera como estou falando.

O SR. DEPUTADO DELEGADO FRANCISCHINI - Bem-vindo, professor!
(Riso.)

O SR. VITOR GERALDI HAASE - Nesse sentido, eu quis me resguardar e evitar interpretações inadequadas. Não vim aqui para colocar o posicionamento da instituição na qual eu trabalho, que, por certo, é totalmente diferente do meu posicionamento. Eu estou falando aqui como cidadão.

Eu gostaria também de fazer um comentário sobre essa questão de ideologia de gênero. Não era o objetivo específico da minha fala, mas, como eu vejo que é um assunto que está em pauta, eu gostaria, se me permitirem, de fazer um comentário sobre isso, que tem a ver, em parte, pelo que eu entendi da pergunta da nobre Deputada, com a questão do desenvolvimento da identidade sexual, das preferências por brinquedos e assim por diante.

A concepção científica que temos atualmente sobre o desenvolvimento da identidade sexual, não de gênero... O que existe é sexo. Gênero não existe. (Palmas.) A dita ideologia de gênero é justamente isto, uma ideologia. É uma articulação teórica, autocontraditória, que busca sustentar determinados posicionamentos políticos, instrumentalizada em função de política.

Do ponto de vista científico, temos uma concepção do desenvolvimento da pessoa. Nós a chamamos de epigenética. O desenvolvimento é resultado de um complexo processo de interação entre múltiplas influências genéticas e a experiência de vida, múltiplas fontes de influência.

Então, a identidade sexual, como qualquer outro aspecto da identidade individual, é um processo extremamente complexo.



Acho interessante que, dentro dessa ideologia de gênero, dessa articulação teórica, vamos dizer assim, podemos grosseiramente afirmar que existem duas vertentes principais. Uma vertente é o chamado feminismo de gênero, e a outra vertente é o chamado *transgenderismo* — acho que é um anglicismo. As duas se articulam sobre esse guarda-chuva, mas são contraditórias entre si e são autocontraditórias.

Por que? O feminismo de gênero postula que não existe uma base biológica para o gênero, ou seja, o sexo é irrelevante para a identidade de gênero da pessoa. E a coisa é tão absurda que chegou a cair uma pergunta no ENEM, citando-se Simone de Beauvoir, em que se diz que a pessoa não nasce mulher, torna-se mulher. Então, essa é a prova mais cabal da doutrinação ideológica que está acontecendo.

Meus filhos fizeram várias provas do ENEM na vida, e eles brincavam dizendo assim: *“Como é que você sabe qual é a resposta certa? O que você chuta? Você pensa qual é a resposta mais comunista. Essa vai ser a resposta correta”*.

O feminismo de gênero pressupõe que a biologia, a genética, os hormônios, a anatomia não influenciam na identidade de gênero. Assim, ele cai num absolutismo, num determinismo social absoluto. A única causa é a sociocultural. A biologia é irrelevante.

Qual é a posição do *transgenderismo*? O *transgenderismo* parte de uma hipótese que não é absurda. Na Medicina, existem casos em que isto acontece. Há cérebro com características mais femininas num corpo masculino e vice-versa. O ponto de vista do *transgenderismo* é exatamente o oposto. Quer dizer, a pessoa tem o cérebro de um sexo, mas está presa num corpo de outro sexo. Isso justificaria tratamentos hormonais, cirurgias para mudança de sexo, financiadas pelo pagador de impostos, o que é mais grave ainda, em minha opinião.

Isso cai de novo numa forma de determinismo absoluto, que é um determinismo biológico absoluto. No caso, a cultura, a experiência do indivíduo não teriam relevância nenhuma.

Então, oscila-se entre dois polos. A concepção científica é completamente diferente. O processo é bem complexo. Existem casos e casos. A causalidade é multideterminada, é probabilística, resulta dessa interação.



A ideologia de gênero tem mais um problema. É o seguinte: as duas vertentes são autocontraditórias. Na verdade, elas argumentam por direitos especiais. As pessoas que propagam a ideologia de gênero querem ter um grau máximo de cidadania. Elas querem direitos que as outras pessoas não têm. Por exemplo, uma pessoa que é transgênero quer frequentar o banheiro feminino. Eu me sentiria extremamente incomodado se minha filha tivesse que compartilhar o banheiro com essa pessoa, que merece todo o nosso respeito. Não vejo problema, não é crime ser transgênero — também não é crime ser conservador —, mas isso me incomodaria demais, tenho sentimento moral em relação a isso. Eu também tenho o direito de ter esse sentimento moral.

Essas pessoas têm suas necessidades psicológicas, têm suas necessidades subjetivas. Eu entendo que uma pessoa queira mudar de gênero, já que mudar de sexo ela não pode. Agora, por que isso é autocontraditório? Isso é autocontraditório porque pressupõe que o indivíduo, que as suas escolhas... pressupõe que não existe livre-arbítrio, que a pessoa não tem poder de decisão na vida, que ela é simplesmente um objeto, um brinquedo na mão de forças muito poderosas — biológicas, no caso do *transgenderismo*, ou culturais, no caso do feminismo de gênero.

A ideologia de gênero é um construto teórico que não se sustenta. Há implicações morais, éticas, por exemplo, e pessoas querem ter direitos extras, querem ter mais direitos do que os outros cidadãos. Teoricamente, a coisa não tem consistência mínima. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Nós agradecemos ao Prof. Vítor Geraldi.

A Ordem do Dia começou no plenário da Casa. Haverá votação nominal.

Eu gostaria de perguntar ao nobre Presidente se tem alguma observação a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Rogério) - Eu só quero agradecer a V.Exa. por estar conduzindo os trabalhos desta Comissão como Vice-Presidente.

Quero também cumprimentar os dois convidados que estão aqui hoje. O Dr. Miguel Nagib já é parceiro neste debate há muito tempo. Foi ele quem idealizou esse movimento, que acabou dando origem ao projeto de lei que estamos



discutindo. Ele acrescenta, sempre que participa das discussões, novas compreensões em relação a esse tema.

Ao Prof. Vitor Geraldi, minhas saudações! Como é bom ouvir quem tem muito a contribuir e que apresenta o ponto de vista da ciência, embora a ciência se apegue um pouco também, às vezes, ao campo da ideologia.

V.Sa. trouxe grandes contribuições aos trabalhos desta Comissão na data de hoje. Minhas homenagens a V.Sa.!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pastor Eurico) - Nós queremos, em nome da Comissão, agradecer ao nobre Prof. Vitor Geraldi, ao advogado Dr. Miguel Nagib e a todos os presentes a participação.

Nada mais havendo a tratar, vamos encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.